

Recuperação salarial na pauta

Fotos: FRITZ NUNES



Grupos de Trabalho debatiam teses antes das plenárias

O ANDES-SN é um sindicato que abrange os docentes do ensino superior de todas as universidades. Por isso, as políticas extraídas do encontro apontam para particulares, estaduais, municipais e, obviamente para as federais. No que se refere ao Setor das Federais, o congresso deliberou por implementar uma campanha salarial articulada com a campanha dos servidores públicos federais sob coordenação da CNESF (Entidade de Servidores Federais), voltada para a conquista de uma política que preveja a recuperação salarial com incorporação das gratificações, isonomia e paridade.

Foi destacada a necessidade de buscar um índice emergencial de reajuste, no mínimo, correspondente às perdas referentes ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2006. O governo Lula foi “denunciado” pela forma ardilosa com que, sob o manto retórico de estar atendendo às demandas dos trabalhadores do serviço público, vem utilizando a questão da carreira dos docentes para subtrair-lhes direitos. Nesse sentido, os professores também exigem a abertura de negociações para tratar das diretrizes de carreiras dos servidores públicos federais e seriedade na continuidade de funcionamento do Grupo de Trabalho de Carreira com o MEC, atendidas as pré-condições já apresentadas, com o objetivo de avançar no processo de aproximação das carreiras, rumo à carreira única, já que muito se tem avançado em articulação com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

A crise das Particulares

Um dos setores que vive em várias instituições do país, uma crise aguda, é o das faculdades e universidades particulares, cujas deliberações estão agrupadas no setor das IPES. Além de aprovar as diretrizes da Pauta Unificada de 2007, incluindo o direito à creche para filhos de docentes, também foram apontados os passos para uma ação combinada com os demais setores para a expansão do movimento entre as particulares. Segundo a Carta de Campina Grande, é preciso denunciar as péssimas condições de trabalho e formular novas estratégias de enfrentamento dos ataques desferidos pelas mantenedoras contra a organização sindical.

Reverberou, em diversos momentos dos debates, a indignação com os recentes episódios envolvendo militantes da ADUNIMEP Seção Sindical, ADUCB- Seção Sindical, ADESA-PE Seção Sindical, ADESSC Seção Sindical, SINDFAFICA Seção Sindical, além de outras organizações citadas na denúncia apresentada pelo ANDES-SN à Organização Internacional do Trabalho, tema principal do Caderno ANDES-SN número 24, lançado durante o evento, intitulado “Pela Liberdade de Sindicalização dos Docentes das Instituições Particulares do Ensino Superior”.

Unificação

No entendimento dos participantes do 26º Congresso, é estratégica a necessidade de encaminhar a unificação das lutas dos docentes das instituições estaduais e municipais dos diversos estados e municípios, articulando-as com os docentes das instituições federais. Isso de forma que fosse feita a defesa da autonomia com financiamento público, por intermédio da vinculação de recursos orçamentários para a educação superior

pública em percentual da receita. Intensa mobilização e denúncias serão desencadeadas no sentido de reverter a precarização do trabalho docente que, de forma perversa, tem se intensificado nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES e nas Instituições Municipais de Ensino Superior - IMES. A perspectiva é buscar a conquista de Planos de Carreira conforme proposta defendida pelo ANDES-SN.

Propostas de Santa Maria

Nas assembléias preparatórias a participação da delegação de Santa Maria no 26º Congresso, algumas modificações foram sugeridas para o debate em Campina Grande. Duas delas foram aprovadas em plenário e dizem respeito ao ensino técnico e aos aposentados. Foi rejeitada a proposição do professor Carlos Pires, de adiar a discussão sobre a filiação à Conlutas.

Os congressistas aprovaram o texto que foi elaborado pelo professor Diniz Froza que trata de recursos para o ensino técnico e tecnológico, no qual está dito que é necessário “lutar por políticas de incentivo à pesquisa junto aos órgãos financiadores, direcionadas ao ensino técnico e tecnológico.” Conforme o docente da UFSM, atualmente parece não haver interesse do governo de que os professores dessas áreas desenvolvam projetos de pesquisa.

Já na questão de aposentados e pensionistas, a preocupação do Grupo de Trabalho de Carreira da SEDUFSM, e cuja proposição aprovada em plenário foi assinada pelos professores Carlos Pires, Maria Beatriz Bolzan de Moraes Carnielutti, Carlitos Schallenberger, Sonia Tolfo, Cícero Nogueira, Ester Nogueira, Beatriz Weber de Moraes e Diniz Fronza, como se apresenta abaixo:

“A proposta do ANDES-SN para transposição dos docentes aposentados das IFES e dos pensionistas na construção de carreira única das IFES será como segue:

1) *Haverá isonomia remuneratória para os docentes da mesma classe e nível, bem como paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas;*

2) *Na implantação da carreira única e na definição das normas de transposição para a nova carreira os direitos adquiridos, serão respeitados integralmente, inclusive aposentadoria especial para professores de 1º e 2º graus dos atuais ocupantes de cargo de professor nas IFES, dos aposentados e dos pensionistas.*

3) *Serão enquadrados em classe e nível, que mantenham e assegurem os direitos adquiridos na carreira anterior quando da transposição para a nova carreira.”*



Carlos Pires apresentou proposta à plenária do Congresso